

RELENDO MARCUSE

Herbert MARCUSE foi e fez moda e, talvez mesmo por isto, resta esquecido?

A sua atuação intelectual, concorde-se ou não com seus conteúdos, é fundamentalmente rica em estímulos críticos e lastreada numa bagagem cultural consistente.

Operando a filosofia como uma teoria crítica da sociedade contemporânea, MARCUSE transcende a epistemologia formal e torna-se um político teórico, não somente, porque ativista preponderantemente. A atividade consagra-se nas conferências e, precipuamente, nos livros.

Ancorado numa revisão teórica e conseqüente postulação própria quanto à semiologia política, MARCUSE merece ser relido, no mínimo, porque é possível perceber a carente originalidade de algumas posturas teóricas que, deslumbrantes, olvidam a citação à sua fonte estimuladora. No máximo, porque o processo de decodificação da prática discursiva de MARCUSE dispensa a precipitação e requer a meditação.

CESAR LUIZ PASOLD
(DOUTOR PELA USP; PROFESSOR
NO CPGD/UFSC)

No presente artigo, detenho-me na releitura de alguns aspectos apropriáveis à Teoria Política da obra "A ideologia da sociedade industrial"⁽¹⁾.

2 — TÓPICOS PROVAVELMENTE APROPRIÁVEIS À TEORIA POLÍTICA

O exame, comprometido com a Teoria Política, do conteúdo e da estrutura da obra em releitura, permite identificação como apropriáveis imediatamente a esta dimensão, os tópicos: “A conquista da Consciência Infeliz: Dessublimação Repressiva”; “O fechamento do Universo da Locução”; e, “A Catástrofe da libertação”.

3 — A “CONSCIÊNCIA INFELIZ”⁽²⁾

Em princípio, uma afirmação contundente sobressai-se neste capítulo: ... “a cultura superior esteve sempre em contradição com a realidade social, e somente uma minoria privilegiada gozava de suas bênçãos e representava os seus ideais”⁽³⁾.

A dicotomia denunciada perpassa pelo esquema de dominação política, uma vez que a manipulação de “valores culturais” como “instrumentos de coesão social” tem sido prática nos jogos de poder qualquer que seja a matriz ou a força motriz ideológica que se considere.

Trata-se de um fato histórico ou de uma visão doutrinária crítica?

MARCUSE sustenta a tese da condição pré-tecnológica — quer no sentido funcional como no cronológico — da cultura do Ocidente que, pretensamente, se considera superior, para dizê-la feudal “até mesmo quando o período burguês lhe deu algumas de suas formulações mais duradouras”⁽⁴⁾. A “feudalidade” desta cultura, sustenta, até hoje, para MARCUSE, a dominação política, ainda que “no domínio da cultura o novo totalitarismo se manifesta precisamente num pluralismo harmonizador, no qual as obras e as verdades mais contraditórias coexistem pacificamente com indiferença”⁽⁵⁾.

Destaco tais considerações, sem esperar ou requerer que o leitor concorde ou discorde, apenas com o intuito de ressaltar a acuidade de MARCUSE ao incursionar pela Teoria Política: assim como Bertrand RUSSEL, ele percebe e *ressalta* a estratégica interface da política com a cultura, e, especialmente a relação desta com a noção e a prática da autoridade. Não que sejam poucos os que

percebem este aspecto, entre os Cientistas Políticos. Mas têm sido raros os que se dedicam a evidenciar a posição nuclear da cultura, e, nesta, da arte dentro do universo político: “A dominação tem sua própria estética, e a dominação democrática tem sua estética democrática”⁽⁶⁾.

4 — O “UNIVERSO DA LOCUÇÃO”⁽⁷⁾.

O tópico inicia-se com uma afirmação polêmica de Roland BARTHES e passa à crítica da “linguagem da administração total”, entre cujo conteúdo destaco um sucinto e competente aporte ao clássico estudo de JANOWITZ e MARVICK e as teorias do “mandato” e “competitiva”, da democracia.

Aqui, MARCUSE lembra que “a eleição pode ser mais ou menos democrática segundo o grau de consentimento e manipulação verificado”⁽⁸⁾, para recomendar a necessidade de se avaliar o consentimento no processo político, em tríplice dimensão: conteúdo, objetivo, valores.

Ainda que não utilize o termo técnico adequado (legitimidade), MARCUSE consegue produzir uma objetiva análise sobre esta questão essencial à teoria (e, muito especialmente, à prática) política, em três páginas ricamente estimuladoras, devo reconhecer, apesar de discordar com alguns dos enfoques.

Finalmente, o tópico que, no fundo, ocupa-se da categoria. “Consciência Feliz”⁽⁹⁾, informa criticamente ao leitor sobre a definição operacional da expressão “atividade política” apresentada por WOODWARD e ROPER, numa perspectiva pentamodal. Trata-se de um trecho curto que, incisivamente, provoca reflexões sobre a adequada descrição, a correta determinação e a confiável medição relativamente aos *atos* da atividade política. A luta entre conceitos transitivos e certas injunções metodológicas é descrita para atacar uma Sociologia Política que MARCUSE considera incompetente, exceto para incrementar, nas pessoas, “a fé destituída da fé”⁽¹⁰⁾, na medida em que permanecem vítimas da sua realidade.

Mais do que a liberdade como valor cultural e político, é o seu processo de reacquirição e manutenção (a “libertação”) que ocupa o autor neste capítulo.

Para este enfoque, parte criticamente da nova idéia de Razão do clássico WHITEHEAD⁽¹²⁾, para ponderar que “na fase avançada da civilização industrial, a racionalidade científica, traduzida em poder político, parece ser o fator decisivo no desenvolvimento das alternativas históricas”⁽¹³⁾. Daí à constatação de que concepção da libertação insere-se, hodiernamente, como provável objeto da ciência, prossegue MARCUSE descrevendo o decorrente confronto entre a ciência e a tarefa (que qualifica de “desagradável”) de se tornar política. Uma pretensa neutralidade⁽¹⁴⁾ há de ser, nesta linha de raciocínio, superada pela reorganização da consciência científica como consciência política, e, conseqüentemente, pela transformação do empreendimento científico em empreendimento político. Mas, neutra ou engajada, a ciência é sempre instrumento político? Outra questão levantada neste tópico refere-se a uma proposta antítese entre paz e poder, e entre liberdade e poder. E, em função dela, as visões cristã e materialista sobre dominação, as semelhanças entre tecnologia e arte, a conquista da escassez na época contemporânea, as qualidades humanas no próspero Estado beligerante e do bem-estar social, a redução da população futura são temas opinativamente referidos.

Prestes ao encerramento do capítulo em questão, MARCUSE contrapõe a libertação à socialização, em trecho que merece transcrição completa: “Poderá uma sociedade incapaz de proteger a indevassabilidade individual até mesmo entre quatro paredes alagar, de direito, que respeita o indivíduo e que é uma sociedade livre? Sem dúvida, uma sociedade livre é definida por mais do que a autonomia privada, por mais realizações fundamentais. Não obstante, a ausência daquela vicia até as mais conspícuas instituições de liberdade econômica e política — ao negar liberdade em suas raízes mais ocultas. A socialização maciça começa em casa e coíbe o desenvolvimento da percepção e da consciência”.

O raciocínio lembra ISAIAS BERLIN⁽¹⁵⁾, e, merece ser cotejado com certas máximas, de um lado, de JOHN STUART MILL, e, de outro, de KARL MARX.

A primeira, é a de que se medita mais profundamente sobre um autor e suas postulações quando ele não está (ou faz) mais na (a) moda. Mesmo porque o modismo intelectual tem a capacidade de superficializar as percepções, e, por isto, apressar diagnósticos e análises conclusivas.

A segunda, mais específica, é uma lição para quem opera *na e com* a Teoria Política: — o enfoque semiológico é instrumental e não terminal neste campo de estudos.

A terceira, pretensamente “científica”, é a de que não se consegue neutralidade ao ler um autor competente como MARCUSE. Não resisti, na releitura, a uma série de divergências com o autor, o que, sem dúvida, amplia o respeito com que encaro — hoje mais do que em 1968 — a sua obra e suas idéias.

Há outras lições. Muitas, entre as quais, a expectativa de que este artigo possa estimular releituras e debates sobre MARCUSE e suas idéias.

NOTAS

- 1 — estou utilizando MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Trad. de Giasone Rebuá. Rio, Zahar Editores, 1967. 238 p.
- 2 — o tópico “A Conquista da Consciência Infeliz: dessublimação repressiva” encontra-se distribuído em MARCUSE, op. cit., da p. 69 a 91.
- 3 — op. cit., p. 69.
- 4 — op. cit., p. 71.
- 5 — idem, p. 73.
- 6 — op. cit., p. 77
- 7 — o tópico “O Fechamento do Universo da Locução” está, na obra em releitura, da p. 92 a 121.
- 8 — op. cit., p. 118.
- 9 — a “Consciência Feliz” é a “crença em que o real seja racional e em que o sistema entrega as mercadorias”, cfe. p. 92, op. cit.
- 10 — op. cit., p. 121.

- 11 — o tópico em questão ocupa a obra que estou relendo, da p. 209 a 226.
- 12 — HITEHEAD, como MARCUSE, é outro autor que costuma estar esquecido na produção contemporânea que se dedica à crítica epistemológica e à semiologia política, que prefere — e pode ter suas razões — BACHELARD e POPPER, por exemplo.
- 13 — MARCUSE, op. cit., p. 213.
- 14 — a este respeito, permito-me fugir à restrita releitura que estou empreendendo, para recomendar ao leitor que veja trechos precisos em MEDAWAR, T. B. *Conselho a um jovem cientista*. Tradução de Oasiś Boscardin Pinto. Brasília, UNB, 1979. 104 p, e, WEBER, Max. *O político e o cientista*. Trad. de Carlos Grifo. 2ª ed. Lisboa, Ed. Presença, 1973. 188 p.
- 15 — vide BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Trad. de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. 205 p.